

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TUMOR CEREBRAL

Por este instrumento particular o (a) paciente _____ ou seu responsável Sr. (a) _____, declara, para todos os fins legais, especialmente do disposto no artigo 39, VI, da Lei 8.078/90 que dá plena autorização ao (à) médico(a) assistente, Dr.(a) _____, inscrito(a) no CRM _____ sob o nº _____ para proceder as investigações necessárias ao diagnóstico do seu estado de saúde, bem como executar o tratamento cirúrgico designado “**TUMOR CEREBRAL**”, e todos os procedimentos que o incluem, inclusive anestésias ou outras condutas médicas que tal tratamento médico possa requerer, podendo o referido profissional valer-se do auxílio de outros profissionais de saúde. Declara, outrossim, que o referido (a) médico (a), atendendo ao disposto nos arts. 22º e 34º do Código de Ética Médica e no art. 9º da Lei 8.078/90 (abaixo transcritos) e após a apresentação de métodos alternativos, sugeriu o tratamento médico cirúrgico anteriormente citado, prestando informações detalhadas sobre o diagnóstico e sobre os procedimentos a serem adotados no tratamento sugerido e ora autorizado, especialmente as que se seguem:

DEFINIÇÃO: A cirurgia consiste na retirada do tumor na tentativa de remoção completa ou parcial. São vários os métodos de cirurgia que podem ser usados e eles envolvem normalmente o uso de instrumentais de alta precisão, como microscópios, endoscópios, ultrassom, aparelhos estereotáxicos, etc. A forma de se operar dependerá das características do tumor cerebral.

COMPLICAÇÕES:

Cirurgia de grande porte apresenta alta morbidade (complicações):

- Sangramentos;
- Convulsões;
- Fístulas líquóricas (saída de líquido pela incisão cirúrgica);
- Acidentes vasculares cerebrais (AVC – derrame);
- Lesão de estruturas cerebrais perto do tumor;
- Paralisias motoras (Hemiplegias, Tetraplegias, Paraplegias);
- Alterações da fala;
- Visão (Cegueira, Diplopia);
- Septicemia (infecção atinge todo organismo);
- Sensibilidade;
- Embolia pulmonar em geral muito grave, podendo levar a óbito;
- Desvios de rimas (Paralisia facial);
- Complicações acima e pode levar a vida vegetativa (coma irreversível);
- Dificuldade para deglutição;
- Falta de controle miccional e fecal;
- Dificuldade respiratória irreversível, levando a dependência de uso de aparelhos para manter a respiração;
- Óbito.

CBHPM – 3.14.01.15-5

CID10: C71/C71.0/C71.1/C71.2/C71.3/C71.4/C71.5/C71.6/C71.7/ C71.8/C71.9/C72/C72.0
/C72.1/C72.2/C72.3/C72.4/C72.5/C72.8/C72.9/D33/D33.0/D33.1/D33.2/D33.3/D33.4/D33.7/D 33.9

Declaro ainda, ter lido as informações contidas no presente instrumento, as quais entendeu perfeitamente e aceitou, compromissando-se respeitar integralmente as instruções fornecidas pelo(a) médico(a), estando ciente de que sua não observância poderá acarretar riscos e efeitos colaterais a si (ou ao paciente).

Declaro, igualmente, estar ciente de que o tratamento adotado **não assegura a garantia de cura**, e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar o (a) médico (a) a modificar as condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o(a) mesmo(a) autorizado(a), desde já, a tomar providências necessárias para tentar a solução dos problemas surgidos, segundo seu julgamento.

Finalmente, declaro ter sido informado a respeito de métodos terapêuticos alternativos e estar atendido em suas dúvidas e questões, através de linguagem clara e acessível.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TUMOR CEREBRAL

Assim, tendo lido, entendido e aceito as explicações sobre os mais comuns RISCOS E COMPLICAÇÕES deste procedimento, expressa seu pleno consentimento para sua realização.

Campos dos Goytacazes (RJ) _____ de _____ de _____.

Ass. Paciente e/ou Responsável

Ass. Medico Assistente

Nome: _____

Nome: _____

RG/CPF: _____

CRM: _____ UF: _____

Testemunhas

Nome/RG

Nome/RG

Código de Ética Médica – Art. 22º. É vedado ao médico deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.

Art. 34º. É vedado ao médico deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e os objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta possa lhe provocar dano, devendo, nesse caso, fazer a comunicação a seu representante legal.

Lei 8.078 de 11/09/1990 – Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Art. 9º - O fornecedor de produtos ou serviços potencialmente perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto. Art. 39º - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços dentre outras práticas abusivas: VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.